CNBB pede prazo para trabalho da Constituinte

BRASILIA AGENCIA ESTADO

Estabelecer uma clara separação das atividades especificamente constituintes das atividades de legislação ordinária; fixar um prazo para a duração da Assembléia Nacional Constituinte, que não ultrapasse o período de um ano; e inserir na futura Constituição os pontos requeridos pelas exigências cristãs de uma ordem política. São os principais compromissos que a CNBB exige dos candidatos à Constituinte. Estes pontos constam do documento divulgado ontem em Brasília pelos 25 bispos que integram o Conselho Permanente da CNBB.

Para o Conselho Permanente da entidade, o texto aprovado pelo Congresso Nacional convocando a Assembléia Nacional Constituinte "não corresponde às esperanças e às expectativas, frustrando a aspiração de uma plena democratização do País' No entanto, os bispos assinalam que o povo não deve recuar dos seus propósitos de participação." A Igreja, através da CNBB — afirmam os bispos — se empenhará em estimular esta participação. Para isso animará grupos, Comunidades de Base e todo o povo de Deus para estabelecer propostas concretas sobre pontos que devem ser incluídos na Carta Magna do País, em defesa e promoção da dignidade da pessoa humana.

"É indispensável — observam os bispos — que desta reflexão surjam critérios para a escolha de candidatos à Constituinte que, no exercício de sua missão, se comprometam com estes pontos fundamentais." A CNBB lembra que a entidade anteriormente colocou-se claramente em apoio à fórmula de uma Constituinte com a missão específica de preparar uma nova Constituição que representasse efetivamente a atual vontade nacional.

"A rejeição da proposta de um plebiscito para decidir se o povo desejaria uma Assembléia Constituinte exclusiva ou congressual—lembram os bispos—significou efetivamente cavar um fosso profundo entre o Congresso e o povo, negando o princípio fundamental da ordem constitucional."

Os membros do Conselho Permanente da CNBB defendem o valor da grande oportunidade histórica "deste momento". É preciso, portanto, concluem, que não se prejudique esse processo com eleições simultaneas para cargos executivos além das que estão previstas para a escolha dos governadores dos Estados.

TEMA PARA ITAICI

Durante a reunião, os bispos aprovaram, também, o tema central para a 24º Assembléia-Geral dos Bispos, marcada para abril em Itaici, que será: "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional". O tema foi escolhido por unanimidade pelos bispos que estiveram reunidos em Brasília. Eles querem discutir com maior profundidade o papel da Igreja na Constituinte e, para preparar o assunto, foi nomeada uma comissão formada por três membros da Comissão Episcopal de Pastoral—dom Antônio Celso Queiroz, dom Afonso Felipe Gregory e dom Celso Pinto da Silva, com a assessoria dos padres Fernando Bastos de Ávila e Agostinho Castejon.